



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

ESTADO E CONTROLE SOCIAL: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO.

LARISSA GABRIELLE CAPISTRANO¹

RESUMO

A partir de análises teóricas e bibliográficas, objetivou-se entender a constituição e a natureza do Estado, como se coloca na manutenção do poder das classes dominantes. Este artigo explora brevemente a função das políticas sociais, à luz da teoria marxista e da origem do Estado, analisando o papel do capitalismo monopolista na intensificação da exploração.

Palavras-chave: Estado, políticas sociais, reprodução da força de trabalho, capitalismo.

ABSTRACT

Based on theoretical and bibliographical analyses, the objective was to understand the constitution and nature of the State, as it relates to the maintenance of the power of the dominant classes. This article briefly explores the function of social policies, in light of Marxist theory and the origin of the State, analyzing the role of monopoly capitalism in intensifying exploitation.

Keywords: State, social policies, reproduction of the workforce, capitalism.

1. INTRODUÇÃO

Primordialmente é possível observar como evolução da sociedade desde as suas formas mais primitivas de organização social, baseadas no comunismo primitivo se constituem até a sociedade de classes, que surge com o desenvolvimento da agricultura, a acumulação de excedentes e a institucionalização da propriedade privada. Esse processo levou à formação de

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

classes sociais distintas — proprietários e não proprietários — e à criação do Estado como uma ferramenta para a manutenção do poder por parte da classe dominante.

Durante a historicidade da nossa sociedade é possível perceber que a divisão social sempre se fez presente, como é apontado por Marx e Engels, houve uma diferenciação histórica através das classes sociais “A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes.” (MARX e ENGELS, 2021. p. 25), com a formação da sociedade capitalista, houveram marcos das relações antagônicas entre aqueles que detêm o poder e os possuidores dos meios de produção, podendo ser observado desde a sociedade escravocrata.

Tal antagonismo histórico entre as classes sociais se reflete nas relações sociais e laborais das sociedades, mas tem se configurado e reformulado ao longo dos séculos, de modo a adaptar-se às características de cada sistema vigente, sempre através da criação de novas classes, e nunca de sua extinção.

Este artigo se deu em razão dos resultados do plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho”, vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Direitos, Ética e Trabalho (GEPTED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, juntamente com o processo de escrita do trabalho de conclusão de curso, que abordava a violência do Estado e como o Estado se constitui e influencia a sociedade; resultou em diversas indagações e inquietudes, visto que como resultado da pesquisa o Estado é colocado como propagador de desigualdades e também para entender como funciona em sua essência, a partir de sua constituição.

A partir disso, pode-se perceber a influência do capitalismo monopolista, que na sua base constitucional, como afirmado por Netto (2017), existe uma potencialização das contradições fundamentais do capitalismo, portanto, no capitalismo monopolista, as políticas sociais podem ser tanto uma resposta à concentração de riqueza e poder quanto um reflexo da influência da burguesia sobre o Estado, visto que as políticas sociais, apesar de desempenharem um papel importante no combate as desigualdades sociais e serem reflexo das lutas sociais, encontram limitações impostas pelos interesses da burguesia

Como afirmam Paiva e Ouriques (2006. p. 168) "A política social, como mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, é uma dessas estratégias acionadas nessa nova fase da regulação capitalista.", é possível perceber como as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho estão diretamente ligadas ao controle exercido através do Estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, é importante entender que no contexto do sistema capitalista, as políticas sociais são fundamentadas e limitadas pelos interesses da classe dominante, onde a população que depende delas, enfrentam dificuldades, pelo fato das políticas sociais estarem ainda inseridas em circunstâncias consideradas de assistencialismo.

Por isso, tivemos como principal objetivo analisar de que forma o Estado realiza o controle social sobre a reprodução da força de trabalho, apresentando fundamentos teóricos e históricos sobre a origem e desenvolvimento do Estado, realizando uma conexão com as políticas sociais.

Os procedimentos metodológicos deste estudo são orientados pelo método materialista histórico-dialético, uma abordagem crítica que busca compreender a realidade social, considerando a interação complexa entre história, economia e ideologia. O estudo adota uma abordagem exploratória, que se baseia em um levantamento bibliográfico abrangente sobre o tema em questão. A pesquisa bibliográfica é uma abordagem metodológica que envolve a busca, seleção e análise crítica de fontes de informação relevantes para o tema em questão. Tendo como principal objeto de levantamento de dados, os resultados da pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: Estado da Arte em Periódicos do Serviço Social Brasileiro” finalizada no ano de 2023 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2. ESTADO E CONTROLE SOCIAL

Neste momento, busca-se apresentar alguns aspectos históricos sobre o surgimento do Estado, sua origem e natureza, a partir de algumas indicações analíticas de Marx, Engels e Lênin. Posteriormente indicando e apreendendo as formas de controle social.

a. Origem do Estado

A civilização era formada por uma organização simples, no qual são percebidas as primeiras divisões sociais do trabalho, acontecimento espontâneo através dos sexos, onde homem e mulher tinham suas funções determinadas, mas foi se complexificando com as tribos pastoris e intercâmbio regular de produtos “encontramos inteiramente formadas as condições necessárias para a troca entre membros de tribos diferentes e para o desenvolvimento e a consolidação do comércio como uma instituição regular.” (ENGELS, 2018. p. 195). Ou seja, essas tribos encontraram uma forma estruturada de realizar trocas, iniciando um processo primitivo de comércio.

A partir disso, com os rebanhos das tribos pastoris, foram se constituindo as primeiras formas de propriedade privada, tendo o gado como representação do dinheiro, visto que existia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma necessidade naquela época de uma mercadoria para simbolizar o dinheiro. Por isso é importante ressaltar que a primeira mercadoria a ser considerada propriedade privada foi o gado, e posteriormente as terras a serem cultivadas, juntamente com os primeiros descobrimentos industriais, como o tear e a fundição de minerais e metais.

Para o momento, essas inovações fizeram com que a produção acima do consumo fosse uma realidade e conseqüentemente, essa mudança na dinâmica produtiva impulsionou uma crescente necessidade de ampliar a força de trabalho disponível. “Da primeira grande divisão social do trabalho nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.” (ENGELS, 2018. p.197), portanto, havia mais produção e a necessidade do aumento da força de trabalho, então surgiram estratégias para obter trabalho de forma mais econômica, através da escravização de outros povos, nesse contexto, as guerras se tornaram uma maneira de adquirir pessoas como propriedade, transformando-as em escravos para atender às necessidades crescentes de trabalho. Houveram duas formas de capital pré-capitalistas: o capital comercial, onde o processo produtivo era composto pela relação comercial, entre dinheiro e mercadoria, que findava no excedente do dinheiro e o capital portador de juros, onde apenas existia a relação entre o dinheiro e os juros para obtenção de mais dinheiro.

Essa realidade supracitada ainda é encontrada no processo de exploração capitalista, onde o pagamento ocorre através do valor em que o trabalhador precisa para se reproduzir, existindo uma relação em que o salário expressa o que foi produzido, “escondendo” o processo produtivo. E essa exploração acontece justamente por essa necessidade do capital na produção excedente, que está intrínseco no processo produtivo que influencia diretamente nos outros segmentos².

Conforme as sociedades progrediram e se desenvolveram, os ocupantes de posições de liderança dentro das gens, que eram as unidades sociais e familiares fundamentais, encontram oportunidades de ascensão social e econômica, conquista que os fez consolidar cada vez mais sua posição na sociedade e posteriormente, formar parte da nobreza³. Mas essa transformação só se deu a partir de investimentos em guerras para a conquista de riquezas.

² O processo produtivo se constitui através de quatro processos: produção, circulação, distribuição e consumo.

³ A nobreza, naquele período estava se constituindo e fortificando como nobreza hereditária, com títulos que iriam passar pelas gerações da mesma família devido o início das famílias monogâmicas para a manutenção da propriedade privada

A guerra, feita anteriormente apenas para vingar uma agressão ou com o objetivo de ampliar um território que se tornara insuficiente, era empreendida agora sem outro propósito que o do saque, e se transformou em um negócio permanente. (ENGELS, 2018. p. 201)

Após esse período onde houve mais divisões de terras para garantia da permanência da propriedade privada, criação das nobrezas e divisão por classes, Engels (2018. p. 205) afirma que com a expansão do comércio, do dinheiro e da usura, houve um rápido crescimento na centralização das riquezas para as classes mais favorecidas, com o empobrecimento das massas e enriquecimento de uma minoria, a agora chamada, nobreza aristocrática.

De acordo com Engels (2018, p. 208), o Estado surge em resposta à necessidade de administrar e consolidar a conquista de territórios estrangeiros, uma tarefa para a qual o regime gentílico se mostrava inadequado. Engels argumenta que, embora o Estado seja uma instituição que incorpora e perpetua a exploração de uns por outros, sua origem não se dá exclusivamente de maneira impositiva e violenta. Ao contrário, o Estado se apresenta como uma força que constrói e mantém a ordem social, legitimando-se como um mecanismo necessário para a regulação das novas relações sociais e econômicas que emergem com a expansão territorial e a complexificação das sociedades. Assim, o Estado surge como uma resposta à necessidade de organizar e administrar essas novas realidades, ao mesmo tempo em que oculta e naturaliza as relações de dominação e exploração inerentes ao desenvolvimento das sociedades de classes.

É, antes, um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. (ENGELS, 2018. p. 208)

Ou seja, o Estado surge com a determinação de controlar as divergências de classes que começam a se formar, como citado anteriormente, com as formas de capital pré-capitalistas e essa relação histórica perdura até a atualidade, outra questão que deve ser ressaltada é que as classes são tão necessariamente antagônicas entre si, que precisam do Estado como ferramenta de regulação dessa relação. Como explicado na citação a seguir:

O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (LÊNIN, 2017. p. 25)

Através dessa afirmação, também entendemos que o próprio capital cria formas bárbaras de sua reprodução, pois precisa que existam classes sempre abaixo para que ocorra a sua manutenção e o Estado trabalha de forma direta e indireta para a garantia de seu monopólio.

b. Controle social e reprodução da força de trabalho no capitalismo

Nesse sentido, retomando o seguimento histórico, a ideologia capitalista desvinculada dos princípios feudais da idade média, colocaram em evidência o mercado, seus lucros e falsas possibilidades “Em uma palavra, substituiu a exploração mascarada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, descarada, direta e brutal.” (MARX e ENGELS, 2021. p. 29).

A burguesia, como classe dominante no sistema capitalista, desempenhou um papel revolucionário na história, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas e transformando as estruturas econômicas e sociais existentes. Isso se dá por ter sido de fato revolucionária na sua historicidade. No entanto, não abrangia todos os interesses, de todos os indivíduos, pelo contrário, dividiu ainda mais a sociedade e fomentou cada vez as mais as desigualdades, que sustentam seu sistema produtivo, mas que também trazem consequências, visto que se desenvolve mais misérias e de forma mais rápida do que as riquezas produzidas.

No contexto do capitalismo monopolista, a exploração do mercado mundial intensifica a busca pela maximização da mais-valia⁴, ou seja, do excedente de valor apropriado pela burguesia. Conforme Marx e Engels afirmam, "A burguesia, por meio de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países" (2021, p. 30-31). Embora essa globalização possa parecer positiva, ela impõe um modelo econômico que intensifica a exploração. Os monopólios acabam por não só dominar mercados locais, mas todos devem se adequar a esse sistema, frequentemente em detrimento das condições de vida da população trabalhadora e da soberania econômica.

Isso ocorre porque, conforme indicam Marx e Engels (2021, p. 32), a revolução burguesa, aglomerou populações, centralizou meios de produção e concentrou a propriedade em algumas poucas mãos. Para que isso fosse possível foi necessária a intervenção estatal, por meio da centralização do poder. Dessa forma, se iniciou, nesse período, a universalização da produção, que fazia com que todos fossem coagidos a utilizarem da produção exigida pela burguesia. Esse momento é, portanto, marcado por uma burguesia que está centralizada no Estado através da política, com leis e governos que favorecem todos os seus interesses.

⁴ Nesse contexto, se encaixa a teoria da mais-valia absoluta e mais-valia relativa, que são as duas formas utilizadas pelo capitalismo para o aumento do valor apropriado sem a retribuição do equivalente ao trabalhador.

Além de que o trabalhador com o passar do tempo, com o desenvolvimento do capitalismo e das máquinas, vai perdendo sua motivação para execução do trabalho, “Por isso, o custo de produção de um trabalhador é restrito, quase completamente, aos meios de subsistência que ele requer para a sua manutenção e para a propagação de sua raça.” (MARX e ENGELS, 2021. p. 35), já que é definido pela burguesia como um bem material e apenas um executor do que as máquinas se propõem a fazer, com condições de trabalho precarizadas e salários recebidos apenas com a função de manter-se vivo.

A crítica de Marx e Engels ao capitalismo baseia-se na sua incapacidade de atender às necessidades de todos os indivíduos, perpetuando desigualdades e injustiças. Isso reforça a necessidade de explorar alternativas que possam criar uma sociedade mais equitativa e justa.

O processo de trabalho que constitui o modo de produção capitalista segundo Marx é formado a partir de duas bases, os meios de produção e o trabalho produtivo, nesse sentido, os modos de produção são constituídos através das forças produtivas. “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios.” (Marx, 2015. p 328). Isso impacta diretamente na produção de mais-valia, no qual o proletariado, que não é possuidor de direitos e nem propriedades, deve vender a sua força de trabalho, já que a relação entre proletariado e burguesia é apenas considerada como valor de troca.

Essa análise de Marx destaca a exploração intrínseca ao sistema capitalista, onde a classe trabalhadora fornece o trabalho necessário para a produção, mas a maior parte dos benefícios vai para a classe capitalista, que detém os meios de produção e controla os frutos do trabalho alheio. É uma crítica fundamental ao capitalismo e uma parte central da teoria marxista sobre as relações de classe e a economia política.

O capital se baseia na exploração da classe trabalhadora, na lógica capitalista, é necessário ampliar os trabalhadores subordinados para vender sua força de trabalho, esses trabalhadores são excluídos da propriedade, mas ainda precisam de meios que garantam a sua reprodução.

Como afirma Wellen (2023) os trabalhadores, de certa forma, são impelidos a vender sua força de trabalho para a classe capitalista, garantindo assim, sua reprodução biológica e social. Acabam por se tornar uma fórmula imprescindível para que o capital prospere, fazendo com que um produto necessário da acumulação, seja criado: a superpopulação relativa para garantia da funcionalidade para o capitalismo e diminuição dos custos da reprodução da força de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A superpopulação relativa, através do modelo analítico de Marx (2015), é como um produto do Estado capitalista para garantia da acumulação “A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não só reproduz constantemente o assalariado como assalariado, mas, em relação à acumulação do capital, produz sempre uma superpopulação relativa de assalariados.” (Marx, 2015. p. 839) que acaba sendo regulado através de uma dependência social, visto que a venda da força de trabalho é uma mercadoria no sistema capitalista.

Portanto, as pessoas que não estão incluídas nesse processo acabam no ciclo das tão tradicionais contradições do Estado, como questionado por Wellen (2023), quem poderia se responsabilizar pelo fornecimento de recursos no qual os trabalhadores precisam para se reproduzir socialmente e biologicamente?

Essa função é colocada exclusivamente como responsabilidade do Estado, onde entra na posição de mediador entre as conquistas da classe trabalhadora e interesses capitalistas “Estado capitalista torna-se responsável por essa mediação social, assumindo o papel de regulador e de interventor dessa dinâmica.” (Wellen, 2023. p. 6) processo que acaba favorecendo ambas as partes, não de forma igualitária.

Visto que o Estado trabalha com o favorecimento da burguesia, faz com que se torne apenas mais uma função para a acumulação do capital, não em sua totalidade, visto que garante, mesmo que minimamente, uma forma de subsistência da classe trabalhadora. “Das duas maneiras, tem-se a reprodução da força de trabalho como objeto central.” (Wellen, 2023. p. 7) como afirmado pelo autor, assim, acontece o processo de reprodução da força de trabalho.

3. POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO

As políticas sociais surgem em momento de mudanças ocorridas no Estado no século XIX, no qual, devido essas alterações significativas nas demandas e luta da classe trabalhadora por direitos e condições de trabalho mais justas. Essas lutas frequentemente levaram a conquistas e reformas significativas, pressionando o Estado a desempenhar um papel mais ativo na proteção e no bem-estar dos cidadãos.

Por outro lado, também houve a demanda do capital, visto que à medida que o processo de produção e acumulação de capital se expandia, surgiam demandas específicas em relação à mão de obra e ao mercado de trabalho. Isso incluía a necessidade de trabalhadores saudáveis, capazes de contribuir eficazmente para a produção. A atenção ao bem-estar dos trabalhadores



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não era apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para garantir que a mão de obra estivesse apta a atender às exigências crescentes do sistema capitalista.

No contexto das políticas sociais através da óptica de alguns autores encontrados em periódicos do serviço social, é possível perceber uma análise que aborda as políticas sociais como resultado de lutas sociais, relacionando com a reprodução da força de trabalho, entretanto, é importante notar que as políticas sociais também estão intrinsecamente alinhadas com a regulação capitalista.

A política social, como mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, é uma dessas estratégias acionadas nessa nova fase da regulação capitalista. Tornada não somente necessária, devido ao acirramento da luta de classes, mas sobretudo possível, com a expansão da extração da mais-valia, é fundamental para o aproveitamento produtivo do excedente econômico a ser valorizado. (Paiva e Ouriques, 2006. p. 168)

Portanto, isso nos mostra como a viabilização das políticas sociais e sua derivação do pensamento marxista, traz os fatos históricos sobre as políticas sociais através da intervenção do Estado e também das conquistas através da luta para ampliação dos direitos sociais. A forma em que é explicitado, nos faz perceber a relação entre as políticas sociais e reprodução da força de trabalho, mas ainda alinhadas com a regulação capitalista. Paiva e Ouriques (2006) explicam que de acordo com a natureza das políticas sociais em países latino-americanos, a reprodução da força de trabalho se coloca como mercadoria dentro do sistema burguês e capitalista, ainda “aprisionadas” dentro da lógica capitalista.

A articulação entre as políticas sociais públicas e o processo de regulamentação da força de trabalho revela um aspecto fundamental da lógica capitalista, que é o controle das relações sociais de produção, seja no nível ideológico ou político, seja no nível da dominação econômica em si. Como foi sinalizado, existe um vínculo genético entre as políticas sociais no capitalismo e os processos de legitimação que o Estado e as classes dominantes programam junto às classes assalariadas. (Paiva e Ouriques, 2006. p. 169)

Os autores trazem essa comparação entre políticas sociais e reprodução da força de trabalho, como uma perspectiva de forma de controle das relações sociais de produção que ligam diretamente as políticas sociais ao capitalismo e posteriormente expõe como as políticas sociais não conseguem, sozinhas, extinguir as desigualdades sociais. As políticas sociais se determinam pelos antagonismos da sociedade e como as pessoas se diferenciam na sociedade, por isso não conseguem alterar a realidade social, as políticas sociais sozinhas não conseguem enfrentar o sistema, mas se colocam como ferramenta para tal. É assim que os trabalhadores começam a

tomar ciência dos seus direitos no enfrentamento à exploração capitalista.

4. CONCLUSÃO

Portanto, entendendo que as políticas sociais já foram constituídas em um contexto de contradições, percebemos que são usadas como formas de regulamentação e diminuição dos impactos negativos do capitalismo sobre os indivíduos. Elas desempenham um papel importante na tentativa de equilíbrio entre a necessidade de acumulação de capital e a garantia de direitos e bem-estar dos proletários. Portanto, é fundamental analisar essas políticas com uma visão crítica e considerar suas implicações diversas, reconhecendo a dualidade de seus efeitos no contexto do sistema capitalista.

As políticas sociais, então, não são meras concessões benevolentes, mas instrumentos que, embora reduzam os impactos negativos do capitalismo sobre os indivíduos, também desempenham o papel de manter a estabilidade necessária para a perpetuação do sistema. Elas operam dentro de um contexto de contradições: por um lado, buscam atender às necessidades básicas para a reprodução da força de trabalho do proletariado; por outro, são moldadas para não ameaçar a estrutura de poder e a lógica de acumulação capitalista.

A análise ressalta a significância do debate sobre a relação entre o Estado capitalista e a regulação social, uma questão que está estruturada nos primórdios desse sistema. A discussão em torno da maneira pela qual o Estado subsidia a regulação social em favor da classe burguesa é de extrema relevância, especialmente no contexto do serviço social brasileiro. Abordar essa questão de forma mais aprofundada dentro do âmbito do serviço social brasileiro pode melhorar a compreensão das políticas sociais, permitindo uma análise crítica da influência do Estado e das relações de poder nas estruturas e na busca por equidade social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. - 3. ed. - Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MARX, Karl. **O Capital - Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?**. Cadernos de saúde pública, v. 9, p. 237-248, 1993.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez editora, 2017.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?** Revista Katálysis, v. 9, p. 166-175, 2006.

SANTOS, Milena. **Defeitos estruturais de controle de capital: ações corretivas do Estado no contexto da crise estrutural**. Maceió: Edufal, 2023.

WELLEN, Henrique. **Crise Capitalista, Política Social e Força de Trabalho no Brasil**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 22, n. 1, p. e43879, 2023.